



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **4000601-35.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos de Terceiro - Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens**
 Embargante: **NELSON MARRARA JUNIOR e outro**
 Embargado: **HSBC BANK BRASIL S.A BANCO MULTIPLO**

Vistos.

NELSON MARRARA JÚNIOR e MARISA APARECIDA MANIERI MARRARA, ajuizaram ação de embargos de terceiro contra **HSBC BANK BRASIL S.A. BANCO MÚLTIPLO** alegando em suma não possuírem nenhum envolvimento com a dívida de Marco Antônio Marrara e de Usitec Usinagem de Alta Tecnologia Ltda. perante o embargado, mas ainda sim sofreram a penhora de um imóvel que lhes pertence, adquirido por compra de terceiro. Almejam a concessão de liminar para que seja cancelado o leilão já agendado e a insubsistência da penhora. Por hipótese, alvitram a limitação da responsabilidade à quarta parte do valor do imóvel.

Deferiu-se a antecipação de tutela.

Citado, o embargado contestou, esclarecendo que o executado Márcio é irmão de Nelson e que houve declaração de fraude à execução, tornando-se ineficaz a venda feita entre os irmãos. Portanto aduz que a penhora ocorreu de forma regular, restando claro a má-fé do embargante, pleiteando a punição deste por litigância de má-fé nos moldes do Código de Processo Civil, bem como a improcedência dos embargos em questão.

Houve réplica.

É o relatório.

Fundamento e decido.

O processo tem por objeto a fração ideal de 1/4 do imóvel matriculado sob nº 55.139, penhorado em execução promovida pelo embargado contra Usitec Usinagem de Alta Tecnologia Ltda. E Marco Antonio Marrara. A execução foi distribuída em 29 de março de 2004 (fls. 60).

Por escritura pública lavrada em 8 de junho de 2005 e registrada em 1º de julho do mesmo ano, Marco Antonio Marrara vendeu para Rubens Augusto de Oliveira a fração ideal de 1/4 do imóvel (v. Fls. 104). Rubens exerceu direito típico de propriedade, tanto que deu o imóvel em garantia hipotecária (v. Fls. 104).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Posteriormente, por escritura pública lavrada em 14 de junho de 2006, registrada em 27 de setembro de 2007, Rubens Augusto de Oliveira e sua mulher venderam para o embargante essa fração ideal de 1/4 (fls. 151).

A declaração incidental de fraude à execução não atinge os embargantes, pessoas alheias àquele processo e àquela decisão. Incorre coisa julgada ou fato julgado em desfavor deles.

O embargante é irmão do devedor Marco Antonio Marrara. No entanto, não adquiriu dele a fração ideal, mas de outrem, Rubens Augusto de Oliveira.

Nada nos autos indica malícia de Rubens, na aquisição perante Marco Antonio e na subsequente alienação para o embargante. Lembra-se que Rubens chegou a constituir hipoteca sobre o imóvel, sintoma de que exercia efetivamente a propriedade.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça está consolidada com a edição da Súmula 375/STJ, no sentido de que sem o registro da penhora sobre o imóvel ou prova da má-fé do adquirente, não há que se falar em fraude à execução." (AgRg no AREsp 48.147/RN, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 7/2/2012, DJe 24/2/2012).

Não bastava a existência da execução e a citação do devedor, exigível o registro da penhora, anteriormente à alienação.

Mas a insistência com a penhora decorreu apenas do exercício de um suposto direito processual do credor, sem configurar má-fé.

Diante do exposto, **acolho o pedido** apresentado por **NELSON MARRARA JÚNIOR** e **MARISA APARECIDA MANIERI MARRARA** e torno insubsistente a penhora lavrada sobre a fração ideal de 1/4 do imóvel matriculado sob nº 55.139.

Condeno o embargado, **HSBC BANK BRASIL S. A. BANCO MÚLTIPLO**, ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios do patrono dos embargantes, fixados por equidade em R\$ 2.000,00, afastada a cogitada hipótese de litigância maliciosa.

P.R.I.

São Carlos, 09 de junho de 2014.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**